Ano XI - Nº 4.632

Terça-feira, 27 de Outubro de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Sessão especial debate situação do autista no mercado de trabalho

No mundo, segundo a OMS, cerca de 70 milhões de pessoas têm Transtornos do Espectro Autista (TEA)



Fotos: Reginaldo Ipê

A sessão foi presidida pelo vereador Everaldo Augusto (PCdoB), que enfatizou: "Devemos buscar é a cidadania plena para todos os brasileiros e segmentos importantes da nossa sociedade que foram vítimas da invisibilidade por tantos anos". A presidente da Organização Não Governamental Fantástico Mundo dos Autistas (Fama), Patrícia Teodolina (foto), destacou que a fase adulta é a mais complicada para os autistas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

"Mulheres em debate" aborda a proteção animal

Encontro nesta quinta-feira (29) será coordenado pela vereadora Ana Rita Tavares

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal de Salvador promove mais uma edição do Ciclo "Mulheres em debate", nesta quinta-feira (29), às 17h, no foyer do Centro de Cultura da Casa. Coordenado pela vereadora Ana Rita Tavares (PMB), o encontro debaterá "O papel da mulher na proteção animal", com o objetivo de incentivar as iniciativas que garantem os direitos dos animais, tanto dos cidadãos como dos poderes públicos.

Foto: Divulgação



Para Ana Rita, "ser protetora de animais é o mesmo que incorporar o princípio da cidadania com plenitude. Significa ser parte ativa, atuante, de um coletivo de pessoas nobres, sensíveis, corajosas e abnegadas, que não perdem a esperança e lutam por uma sociedade mais justa, fraterna e humana".

Segundo a vereadora, que atua junto a entidade ambientalista Terra Verde Viva, muitas mulheres criam animais de estimação ou adotam os que sofrem maus-tratos, além de manterem abrigos para oferecer cuidados de saúde a gatos e cães. Outras atuam como voluntárias em entidades, como advogadas ou veterinárias. Em Salvador, a estimativa é de 60 mil cães de rua. Os animais necessitam de ações da prefeitura e da população para evitar a proliferação de doenças e a reprodução de risco.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereadora Ana Rita Tavares

O Ciclo "Mulheres em Debate" é promovido mensalmente pela Comissão da Mulher e cada integrante do colegiado apresenta um tema significativo para a valorização do papel da mulher na sociedade, estimulando a aproximação entre grupos femininos e os vereadores.

Mais informações pelo e-mail cddm@cms.ba.gov.br ou 3320-0271.

Projeto defende consumidor prejudicado com serviço de Internet

Matéria do vereador Arnando Lessa obriga compensação por serviço interrompido ou velocidade abaixo da contratada

O vereador Arnando Lessa (PT) é autor do Projeto de Lei nº 352/15 que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas que fornecem serviços de acesso à Internet compensarem, por meio de abatimento ou de ressarcimento, o assinante que tiver o serviço interrompido ou receber velocidade abaixo da contratada.

A compensação será garantida aos consumidores que tiverem o seu serviço interrompido por tempo superior a 30 minutos ou que não receberem a velocidade contratada. Para evitar as penalidades, as operadoras de Internet devem informar sobre as manutenções preventivas, ampliações ou quaisquer alterações no sistema que provocarem queda da qualidade dos sinais transmitidos ou a interrupção do serviço, com antecedência mínima de três dias, informando a duração da interrupção.



Vereador Arnando Lessa

De acordo com Arnando Lessa, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), em seu artigo 20, estabelece a responsabilidade dos fornecedores com a oferta dos respectivos serviços, deixando claro que o serviço contratado deve corresponder ao ofertado, sob pena do consumidor exigir a sua reexecução, a restituição do valor pago, o abatimento proporcional do preço, dentre outros.

"O que se pretende com esse projeto de lei é que o fornecedor ofereça serviço de qualidade e de acordo com sua oferta, além de criar mecanismos de proteção aos consumidores. Nesse sentido, solicito o apoio de todos os vereadores para a aprovação desta proposição, em prestígio à cidadania e a dignidade da pessoa humana", disse o vereador na justificativa.

Câmara discute a inclusão do autista no mercado de trabalho

Vereador Everaldo Augusto presidiu sessão especial com entidades, familiares e especialistas

O que fazem os autistas adultos? Esse foi o questionamento que abriu os debates da sessão especial que discutiu a inclusão dos portadores do transtorno no mercado de trabalho. A atividade legislativa foi presidida pelo vereador Everaldo Augusto (PCdoB), na manhã de sexta-feira (23), no plenário da Câmara Municipal.

"O que devemos buscar é a cidadania plena para todos os brasileiros e segmentos importantes da nossa sociedade que foram vítimas da invisibilidade por tantos anos. Precisamos avançar muito em políticas públicas para a promoção da reparação social. É uma obrigatoriedade da lei que empresas tenham vagas reservadas para pessoas com necessidades especiais. Precisamos buscar a consolidação disso", afirmou o vereador Everaldo.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, no mundo cerca de 70 milhões de pessoas têm Transtornos do Espectro Autista (TEA). Isso significa que o transtorno afeta um em cada 38 indivíduos adultos. O debate requerido e dirigido pelo vereador, sob o tema "As intervenções para inclusão da pessoa com autismo no mercado de trabalho", reuniu, para discutir a questão, especialistas, representantes de órgãos públicos de saúde e assistência social e familiares.

A presidente da Organização Não Governamental Fantástico Mundo dos Autistas (Fama), Patrícia Teodolina, destacou que a fase adulta é a mais complicada para os autistas. "Eles permanecem na escola até os 15 anos, cansam, a escola também, e ficam sem atividade após esse período. A intenção da Fama é dar uma ocupação para eles, mostrar novas possibilidades. Para isso, tentamos desenvolver habilidades nesses jovens", contou Patrícia. O Fama conta com psicólogos, artepedagoga, culinarista, professora de artes e informática.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereador Everaldo Augusto convocou o debate sobre autistas e o mercado de trabalho

Incentivo

O sonho de Danilo, estudante do nono ano de uma escola particular da cidade, é ser advogado. Ele e a mãe, a técnica de enfermagem Jocelma Veloso, sabem que não vai ser fácil, mas persistem. A dificuldade do jovem de 20 anos para conquistar seu objetivo é causada mais pelos obstáculos que encontra na escola do que na sua capacidade de aprendizado. "Desde cedo, encontrar escolas preparadas foi muito difícil. Mudamos muitas vezes porque as escolas desistem ou não aceitam bem os alunos com autismo. Incentivo muito ele e acredito que é possível realizar este sonho", afirmou Jocelma.



Iraci Marques, mãe de Sérgio, de 28 anos, não conseguiu que o filho aprendesse a ler, mas se dedicou para que ele aprendesse outras atividades como informática e artesanato. "Quando ele chegou à idade adulta foi mais difícil achar uma instituição que ele pudesse frequentar, mas agora com a Fama ele tem desenvolvido habilidade com a informática e mostrando que tem muita vocação para isso", afirmou Iraci.



"É um tema muito controverso e que ainda se estuda muito, mas o fundamental é que a gente pense na funcionalidade dos pacientes, avaliar o que eles têm de habilidade para buscar a inserção deles no mercado de trabalho e, consequentemente, na sociedade", destacou a especialista em neuropsicologia Tatiana Miranda.

O diretor do Centro Estadual de Educação Pestalozzi da Bahia (CEEP), Ricardo Baqueiro, afirmou que dos 230 assistidos pelo centro apenas cinco trabalham. "As empresas ainda não perceberam que os autistas têm grande potencial. Em muitos casos, o intelecto é preservado e eles são totalmente aptos a desenvolverem funções administrativas, por exemplo, devido ao seu alto grau de concentração", destacou Baqueiro.

Também fizeram parte da mesa a jornalista e estudiosa do assunto, Mariene Maciel, e a representante do Conselho de Educação Física, Gisele Henriques.

Vereadores discordam de uso de contêineres como sala de aula

Durante visita, Silvio Humberto e Hilton Coelho constataram a precariedade das instalações

O vereador Silvio Humberto (PSB), presidente da Comissão de Educação, foi conferir juntamente com o vereador Hilton Coelho (PSOL), na quinta-feira (22), a situação de crianças com até cinco anos de idade que estão estudando em contêineres. A medida foi tomada pela Secretaria de Educação, enquanto o espaço físico do Centro Municipal de Educação Infantil Educar é Viver, em Fazenda Coutos, está em reforma.

Segundo Silvio, a quadra da Escola Municipal Ítalo Galdenzi deixou de ser um espaço recreativo para acolher os equipamentos, climatizados recentemente a pedido da comunidade escolar. "O espaço é precário, pequeno e não é adequado para crianças, por mais que sejam provisórios", disse. Ainda de acordo com o vereador, a educação pública de qualidade não combina com a primeira infância depositada em containers.



Fotos: Assessoria de Imprensa



Sílvio Humberto e Hilton foram ao "Educar é Viver"

Um ofício cobrando soluções e um relatório expondo a precariedade na infraestrutura serão enviados pela Comissão á Secretaria Municipal de Educação.

Euvaldo Jorge cobra mais fiscalização de parques infantis

Vereador questiona acabamento dos brinquedos, vendo perigo para as crianças

O vereador Euvaldo Jorge (PP) cobrou, na sexta-feira (23), uma fiscalização mais intensa da prefeitura em relação aos parques infantis espalhados pela cidade. "Tem um parque no Imbuí que parece que foi feito a facão, colocando em risco a vida das nossas crianças. E tenho certeza que não é só lá. A prefeitura tem que fiscalizar esses parques que estão sendo oferecidos para as crianças de Salvador", destacou Euvaldo.

De acordo com o vereador, não basta a Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom) dar a licença para esses equipamentos, a qualidade e a manutenção também precisam estar em dia. "Toda criança gosta de brincar em parques públicos e é obrigação da prefeitura oferecer esse tipo de equipamento. Mas não basta montar. Tem que realizar a manutenção também para evitar acidentes. Eu estou vendo a hora de uma tragédia acontecer por causa disso", alertou.

Foto: Assessoria do vereador



Vereador alerta para manutenção dos equipamentos

O Manual de Normas de Segurança para Playground – elaborado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq) – determina que os equipamentos devem respeitar alguns quesitos, como ângulo dos brinquedos, fixação, tipo de pisos e materiais adequados (como plástico, aço ou ferro galvanizado e com pintura atóxica e madeira tratada).

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Euvaldo Jorge

De acordo com as normas, todo playground deve ter um livro de inspeção e um especialista deverá emitir um laudo técnico anual.

Oposição e movimentos sociais afirmam que "PDDU é segregador e racista"

Gilmar Santiago e Vânia Galvão entendem que Plano Diretor não dialoga com a cidade

Foto: Reginaldo Ipê



Vereadora Vânia Galvão

Vereadores da oposição e integrantes de movimentos sociais afirmam que a minuta do projeto de lei do Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano (PDDU) é segregadora e racista. "Este Plano incide nos mesmos erros do anterior, que foi objeto de investigação, não dialoga com as camadas mais pobres da cidade, preocupando-se muito mais com áreas em crescente ocupação imobiliária como a região da Paralela e não toca no quesito raça e cor", afirma o vereador Gilmar Santiago (PT).

Além disso, o vereador considera que a audiência pública realizada sábado (24), na sede da Federação das Indústrias (FIEB), foi "totalmente despropositada", referindo-se à realização do Enem, o que inviabilizou a participação de muita gente nas discussões.

"Se o objetivo era ampliar os debates em torno da questão, não sei se conseguiram. As famílias estavam acompanhando os filhos nas provas e até mesmo muitos pais e mães estavam participando. É o atestado de que a gestão ACM Neto montou um grande teatro para dizer que está cumprindo a legislação. É a prova cabal de que o prefeito de Salvador não tem o mínimo interesse na participação da população e nem em aprofundar a discussão sobre a cidade que a maioria dos soteropolitanos quer", comenta Gilmar.

Segundo ele, as audiências são apenas 'para cumprir tabela', como se diz na gíria. O vereador lembra que as anteriores já foram esvaziadas, mesmo contando com a presença majoritária de ocupantes de cargos comissionados das secretarias municipais.

A vereadora Vânia Galvão (PT) afirma que é impossível analisar um Plano Diretor que não trata de questões raciais e exclui segmentos sociais do processo de crescimento econômico. "Esses aspectos são indicadores de desenvolvimento, sem a inclusão desses segmentos continuamos reproduzindo modelos segregativos de organização que até hoje predominam em nossa cidade e que inviabilizam a consolidação de uma dinâmica urbana mais justa", ressalta a vereadora.

Fotos: Assessoria de Imprensa



Debate sobre o PDDU na FIEB



Propostas

Conforme observa a socióloga Vilma Reis, militante do Movimento das Mulheres Negras, das quase 600 páginas que compõem o Plano, apenas três parágrafos tocam na questão racial. "Em uma cidade que tem 80% da população de negros, com maioria concentrada nas regiões periféricas, merecemos mais atenção, principalmente ações que promovam o crescimento econômico dessa camada populacional", reivindica Vilma.

A ativista afirma que as inserções de movimentos negro e sociais não foram contempladas nas atas das audiências. "Tentamos intervir em todas as discussões propostas, mas nunca víamos nossas considerações nas atas", frisa. "Aliás, constam nas atas apenas as inserções dos grupos sociais que compactuam com a mesma ideia do Município", denuncia a representante do Movimento das Mulheres Negras.

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Gilmar Santiago

Já a integrante do Movimento dos Sem-Teto da Bahia (MSTB), Maura Cristina da Silva, diz que o Plano não considera as necessidades dessa população. De acordo com Maura, somente no Centro Histórico, há um levantamento de cerca de 1500 imóveis desocupados, mas não se define quantos deles são destinados a projetos habitacionais para os sem-teto. "Pior que isso, há projetos no PDDU para retirada de moradores de locais como o Dois de Julho e das ladeiras da Conceição e da Preguiça, onde recentemente guardas municipais agrediram cidadãos", observa. Maura diz que o MSTB entregou documento ao Município contendo carta de indignação e 18 itens que expressam as demandas do grupo, incluindo aspectos paisagísticos e culturais. "As mudanças são fundamentais ao desenvolvimento, e nós queremos também estar inseridos nesse processo, e não continuarmos à margem", ressalta a militante.

Vereadores participam de audiência pública do Plano Salvador 500

Sílvio Humberto, Kiki Bispo e Hilton Coelho contribuíram com o debate acerca da minuta do projeto de lei do PDDU

Os vereadores Sílvio Humberto (PSB), Kiki Bispo (PDT) e Hilton Coelho (PSOL) participaram, na manhã de segunda-feira (26), da 14ª audiência pública do Plano Salvador 500, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (Louos), realizada pela prefeitura no Centro de Cultura da Câmara Municipal. A atividade discutiu a minuta do projeto. A expectativa é que o texto do Executivo seja enviado para apreciação da Casa Legislativa ainda este ano.

Fotos: Reginaldo Ipê



Na atividade da prefeitura, prevista para ser a última audiência do Salvador 500, o vereador Kiki Bispo se disse satisfeito com o processo construído pelo Executivo Municipal. "Desde o início, vi uma preocupação em vencer todas as formalidades desse debate. Houve uma ampla discussão e um cuidado de incorporar as sugestões que surgiram ao longo do caminho. A Câmara Municipal também se prepara, quando receber o projeto de lei, para iniciar uma nova série de audiências públicas e novos debates. Do jeito que o processo está sendo conduzido, no dia da votação, ele estará devidamente instruído", avaliou Kiki.



Vereadores Sílvio Humberto, Kiki Bispo, Hilton Coelho e Gilmar Santiago prestigiaram atividade no Centro de Cultura

Questionamentos

Já o vereador Hilton Coelho questionou o tempo de discussão do projeto e se opôs ao encerramento das audiências públicas. "Está muito evidente que ainda há uma necessidade grande de aprofundamento de debate. As audiências precisam continuar, pois existe muita polêmica em torno da minuta do projeto de lei. Nas cidades em que se elaborou o PDDU, o processo levou dois anos para ser finalizado. Em Salvador, iniciamos as discussões no final de 2014 e já se quer concluir", criticou o vereador.

O vereador Sílvio Humberto destacou que a sua escuta é dos movimentos sociais e que estes têm reclamado muito do processo de construção do PDDU que julgam ser apressado. O movimento negro também tem afirmado que o Plano é segregacionista. "Enquanto os gestores não vislumbrarem os problemas, não vão resolvê-los. Essa é uma visão equivocada quando se discute ações afirmativas. Em outras palavras, para quê a prefeitura mantém uma Secretaria de Reparação Racial se ela acha que num momento como este não deve discutir a cidade levando em consideração a raça?", questionou o vereador.

Sílvio falou, ainda, sobre o estudo da professora Inaiá Carvalho, "Como anda Salvador", que conclui que na capital baiana os brancos ocupam a orla e os negros o miolo da cidade. "Devemos desconsiderar isso quando pensamos no PDDU?", perguntou. O secretário municipal de Urbanismo (Sucom), Sílvio Pinheiro, afirmou que a prefeitura não divide a cidade e a trata como um todo buscando pensá-la na totalidade.

Sílvio Pinheiro rebateu, ainda, críticas sobre a pouca atenção que Plano estaria dando ao Centro Histórico. De acordo com o secretário, na etapa Visão do Futuro, existem capítulos que tratam deste espaço de modo especial. Ele destacou também que quando a prefeitura considera criar um centro administrativo no local, pensa em "levar vida" para o Centro. "O Plano Diretor é uma carta de princípios onde vamos definir metas e diretrizes de como será tratada a ocupação do Centro Histórico como um todo e não casos específicos", disse.

A plenária da audiência contou com participantes de diversos movimentos, representantes de bairros, estudantes e cidadãos. Fizeram parte da mesa, o secretário Sílvio Pinheiro; o subsecretário da Sucom, Sérgio Guanabara; o subsecretário da Cidade Sustentável (Secis), José Saraiva; os urbanistas da Sucom, Fernando Teixeira e Juliana Paes; e a presidente da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), Tânia Scofield.

Também participaram da audiência os vereadores Cláudio Tinoco (DEM) e Gilmar Santiago (PT).

CÂMARA MUNICIPAL

59ª SESSÃO ORDINÁRIA
3º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 28 DE OUTUBRO DE 2015 – 14h30min.

Leitura, Discussão, Votação da Ata (2º secretário)
Leitura do Expediente (1º secretário)

ORDEM DO DIA

VETO Nº 08/15..... Veto Parcial ao Projeto de Lei 252/15. (Institui no Calendário Oficial do Município de Salvador o Dia Municipal de Conquista do Voto Feminino no Brasil, a ser comemorado em 20 de março, e dá outras providências. – Autor: vereador Alfredo Mangueira).
Sem Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final.
Discussão única – Votação
Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.
(Sobrestando a pauta de acordo com a LOM).

VETO Nº 09/15..... Veto Parcial ao Projeto de Lei 487/13. (Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.460, de 23 de agosto de 2013, e dá outras providências. – Autor: vereador Waldir Pires).
Sem Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final.
Discussão única – Votação
Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.
(Sobrestando a pauta de acordo com a LOM).

VETO Nº 10/15..... Veto Parcial ao Projeto de Lei 166/15. (Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; institui o cadastro Municipal de Atividades Potencialmente Degradadoras e Utilizadoras de Recursos naturais (CMAPD) e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), no Município de Salvador, e dá outras providências. – Autor: Executivo Municipal).
Sem Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final.
Discussão única – Votação
Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.
(Sobrestando a pauta de acordo com a LOM).

ATA

56ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2015.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR KIKI BISPO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLAUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrição. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Comunicação Interna n. 64/15 do Gabinete da Presidência da Câmara encaminhando ofícios da Secretaria Particular do Governador; Comunicação Interna n. 65/15 do Gabinete da Presidência da Câmara encaminhando ofícios da Secretaria da Saúde (SESAB) e da Secretaria da Administração (SAEB) do Governo do Estado da Bahia; e Comunicação Interna n. 66/15 do Gabinete da Presidência da Câmara encaminhando ofícios da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Salvador e da SAEB, bem como o Ofício n. 114/15 do Gabinete do Prefeito, devolvendo o autógrafo do Projeto de Lei n. 262/15, o qual, sancionado, constituiu-se na Lei n. 8.923/15, e o Ofício n. 115/15, também do Gabinete do Prefeito, devolvendo os autógrafos dos Projetos de Lei n.s 131, 260, 264, 272 e 283/15, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 8.918 a 8.922/15; Ofício n. 112/15 do Gabinete do Prefeito, devolvendo o autógrafo do Projeto de Lei n. 487/13, o qual, sancionado, constituiu-se na Lei n. 8.914/15; Ofício n. 715/15 da SAEB; Ofício n. 933/15 da Secretaria da Saúde da Prefeitura Municipal de Salvador; Ofício n. 1.825/15 da SESAB; Ofício n. 133/15 do Gabinete do Prefeito, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei n. 262/15, Ofício n. 136/15 do Gabinete do Prefeito, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei n. 128/15 e Ofício n. 137/15 do Gabinete do Prefeito, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei n. 199/15; Mensagem n. 17/15 encaminhando o Projeto de Lei n. 339/15 do Executivo Municipal; Projetos de Lei n.s 339/15 do Executivo Municipal, 340/15 do vereador Léo Prates, 341/15 do vereador Odiosvaldo Vigas, 342/15 da vereadora Kátia Alves, 343/15 do vereador Alfredo Mangueira, 344 e 345/15 do vereador Orlando Palhinha, 346/15 do vereador Leandro Guerrilha, 347 a 349/15 do vereador Luiz Carlos Suica, 350/15 do vereador Sabá, 351 a 354/15 do vereador Arnando Lessa e 355/15 do vereador Alemão; Projetos de Indicação n.s 450/15 do vereador Claudio Tinoco, 451 e 452/15 do vereador Vado Malassombrado, 453/15 do vereador Luiz Carlos Suica, 454 a 456/15 do vereador Orlando Palhinha, 457/15 do vereador Eliel, 458/15 do vereador Luiz Carlos de Souza, 459/15 do vereador J. Carlos Filho, 460/15 do vereador Sílvio Humberto, 461 e 462/15 da vereadora Ana Rita Tavares, 463, 464 e 468/15 do vereador Arnando Lessa, e 465 a 467/15 do vereador Hilton Coelho; Moção n. 45/15 do vereador Orlando Palhinha; e Requerimentos n.s 212/15 do vereador Hilton Coelho e 213/15 do vereador Arnando Lessa. Terminada a leitura do Expediente, na **Tribuna Popular**, o Senhor Augusto Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, comentou os 14 dias de duração da paralisação grevista da categoria, que envolve 1.016 agências bancárias na Bahia e mais de 12.000 no Brasil, e é expressão da grande insatisfação dos bancários. Explicou que a pauta de reivindicações foi elaborada com ampla participação em nível nacional e lamentou o silêncio da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) quanto a uma possível negociação. Considerou que o setor bancário é o de maior rentabilidade no País, tendo experimentado lucros de 36 bilhões de reais no último trimestre, e que os bancos desrespeitam seus usuários com essa omissão em negociar. Agradeceu o forte apoio da sociedade recebido pelos bancários e explicou que seus pleitos vão além de melhorias salariais, abrangendo, ainda, melhores condições de trabalhar e de prestar atendimento às pessoas. Informou que os investimentos em segurança têm sido destinados, em 90%, às transações eletrônicas, restando apenas 10% para o atendimento físico e o autoatendimento. Comentou Projeto de Lei da vereadora Kátia Alves para instalação de dispositivo que impede o acionamento de bombas em caixas eletrônicos. Destacou a antiga luta do vereador Everaldo Augusto no segmento dos bancários, que resultou na Lei dos 15 Minutos, a qual lamentou ver desrespeitada. Disse não aceitar que os bancos, que lucram tanto, deixem de investir nas pessoas que neles trabalham, e relatou diversos problemas de saúde sofrido pelos profissionais, sobretudo de bem-estar psíquico, que têm levado alguns à aposentadoria. Observou que os bancos investem volumosamente em publicidade tentando transmitir uma imagem de responsabilidade social, em vez de investirem em efetivas ações nesse sentido. Apontou a redução das tarifas bancárias como outro pleito do movimento, explicando que elas tiveram aumento de 169% nos últimos dois anos, índice oito vezes maior que o da inflação, e que o montante arrecadado com sua cobrança já cobre as folhas de pagamento funcional. Concluiu considerando a greve histórica, como enfrentamento à opulência do capital, e que a luta é difícil, porém altiva. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Léo Prates saudou o orador e afirmou que a Casa estava solidária à luta dos bancários, desejosa de que logo fosse encontrada uma solução para o impasse, pois quem sofre com a greve é a população. O vereador Everaldo Augusto parabenizou o orador pelo pronunciamento e criticou os bancos, afirmando que, mesmo lucrando com a crise, eles não querem sequer repor a inflação do período. Destacou que a greve não é só por melhores salários, mas, também, pela melhoria no atendimento e na segurança para todos, e declarou ser solidário à luta dos bancários, lembrando ter sido presidente de seu Sindicato. O vereador Hilton Coelho também parabenizou o orador e ressaltou a importância de a Casa pautar o assunto. Mencionou alguns problemas que afligem os trabalhadores dos bancos, como doenças ocupacionais e a redução do quadro, e defendeu a necessidade de se respeitar a inflação. Criticou a situação da dívida pública, o corte de recursos para áreas essenciais e o aumento do repasse para banqueiros. Também registrou a solidariedade do PSol à luta da categoria e convite para audiência pública no dia 23 de novembro, que tratará da dívida pública. O vereador Orlando Palhinha disse considerar a luta dos bancários pertinente, mas ressalvou que a população é quem paga o preço. Apelou para que fosse garantido o funcionamento de 30% dos caixas, visando ao atendimento de aposentados e pensionistas, e defendeu a instauração de um fórum permanente entre a categoria e o Governo, para que as questões sobre segurança bancária e tarifas fossem resolvidas antes da data-base. O vereador Odiosvaldo Vigas, em referência à fala do vereador Orlando Palhinha, disse que o brasileiro já paga preço, mas em razão da crise financeira existente. Lamentou que, enquanto os bancos lucram e a população sofre, o Governo Federal pense em privatizar a Caixa Econômica Federal. Também lamentou o recente desemprego de mais de sete mil trabalhadores do setor, e a incapacidade do Congresso Nacional em colaborar para o fim da crise. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues consultou os líderes quanto à votação do Projeto do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITIV), possibilidade que disse ter visto através da imprensa, em manifestação do vereador Gilmar Santiago, razão pela qual esperava que ele pudesse responder à pergunta. O vereador Gilmar Santiago respondeu que não era líder de sua bancada e que as declarações na imprensa tinham sido uma crítica ao não-funcionamento da Casa em razão das questões sobre o secretário Alexandre Paupério. Sobre o Projeto do ITIV, disse ter interesse em discuti-lo, mas que não o votaria da maneira como ele se encontrava no momento, sem a acolhida às Emendas dos vereadores Edvaldo Brito e Sílvio Humberto. Prosseguiu, desta vez pelos Comentários à Tribuna Popular, elogiando a Casa por trabalhar mesmo com greve dos bancários e feriado dos comerciários. Disse ter conhecido o Senhor Augusto Vasconcelos quando ele era um menino, por ele ser filho de um antigo colega seu da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), e elogiou pai e filho, dizendo desejar ver este, um dia, como vereador. Solidarizou-se à greve, que avaliou como legítima, e lamentou que os banqueiros lucrassem com a crise. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos Suica solicitou a retirada do Projeto de Lei n. 225/15 e endossou a fala do vereador Gilmar Santiago sobre as Emendas rejeitadas, pedindo que houvesse amadurecimento de discussão para a votação do Projeto do ITIV. Pela ordem, o vereador Claudio Tinoco comentou a fala do vereador Gilmar Santiago divulgada pela imprensa e destacou a presença dos vereadores em Plenário. Lembrou que há projetos trancando a pauta e apelou ao vereador Gilmar Santiago para que houvesse votação. Pela ordem, o vereador Léo Prates leu a fala do vereador Gilmar Santiago ao *site* Bahia Notícias. Em seguida, afirmou que, em Salvador, terreiros de Candomblé nunca tiveram isenção de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e, lembrando que o vereador Gilmar Santiago fora secretário municipal da Reparação, questionou por que ele não implementara a isenção, já que se trata de previsão constitucional. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito lembrou que há 50 anos é *Babá Egbé* no Terreiro do Gantois e, como tal, afirmou ter autoridade para falar de terreiros. Disse que não teria passado pelo Governo sem se preocupar com essa

questão e lembrou a votação, nesta Casa, do Projeto da ex-vereadora Olívia Santana sobre a isenção para terreiros, ainda que ele fosse desnecessário por se tratar de uma previsão constitucional. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza pediu que todos lessem o artigo de Karla Borges, no jornal Tribuna da Bahia, que mostra a complexidade do Projeto, e opinou que ele não deveria ser votado neste dia. Depois, comentando a Tribuna Popular, também parabenizou o presidente do Sindicato dos Bancários por sua fala e reiterou que os bancos compõem o setor que tem a maior taxa de lucratividade. Ressaltou o trabalho desenvolvido pelo Sindicato e, por fim, propôs que a Casa apresentasse e aprovasse uma moção de solidariedade à categoria. O vereador Sílvio Humberto considerou que os banqueiros ganham tanto na estabilidade quanto na crise e disse que, como economista, observou o incremento dos seus lucros, desde os anos 1980, atrelado à crescente tecnologia, a qual viu ainda influenciar o modo de se trabalhar. Solidarizou-se ao vereador Edvaldo Brito e declarou ver quererem colocar azeitona numa empada já preparada por outros. O vereador Henrique Carballal afirmou que, na história, somente os bancos suíços, ao explorarem as finanças de judeus durante a II Guerra Mundial, tiveram lucros maiores que os vistos hoje entre os bancos brasileiros. Comentou os pontos da pauta dos bancários, associando-se a eles, e pediu que os bancários também apoiassem projetos como um, de sua autoria, que visa à proibição de transação bancária telefônica sem emissão de comprovante. Declarou-se surpreso com a mudança de postura do vereador Gilmar Santiago sobre a votação do ITIV e disse entender necessária a discussão sobre os terreiros, mas sem prejuízo da votação de um Projeto importante. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha disse que, em nome do Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), cumprimentava o Senhor Augusto Vasconcelos e se associava à luta dos bancários. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior pediu, em nome do espírito público, que os vereadores votassem o Projeto do ITIV, e lamentou a mudança de posição do vereador Gilmar Santiago. O Senhor presidente informou que, no dia seguinte, às 9h, aconteceria a última etapa do evento *Salvador Sustentável*, no Centro de Cultura, com a participação de palestrante ligado ao projeto *Recife 500*. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza pediu que fossem inseridos nos Anais da Casa o artigo da autoria de Karla Borges intitulado "Não é só o ITIV que tranca a pauta". Pela ordem, o vereador Orlando Palhinha disse que era dever dele e de todos votar o Projeto do ITIV. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues afirmou que a bancada do Governo estava pronta para votar o Projeto, mas não encontrava a mesma disposição de quem tinha cobrado votação. Em comunicação inadiável, o vereador Henrique Carballal registrou convite para evento na Base Aérea de Salvador, no dia 23 de outubro, às 9h, quando receberá uma homenagem. Pela ordem, o vereador Toinho Carolino registrou que os vereadores do PTN estavam presentes e prontos para votar. Pela ordem, o vereador Euvaldo Jorge pediu que o Projeto fosse colocado em votação. No **Pinga-Fogo**, inicialmente ocupou a Tribuna o vereador Luiz Carlos Suica, que agradeceu ao Sindicato dos Agentes de Saúde e Agentes de Combate às Endemias da Bahia (Sindacs-BA) pela carta recebida em virtude de sua colaboração com a luta da categoria. Em seguida, também parabenizou o presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, ressaltando a importância de jovens lideranças continuarem a luta, que considerou histórica. O orador, além disso, informou ter recebido resposta do Ministério Público dizendo que a indagação acerca do programa *Primeiro Passo* seria analisada, e afirmou que a Oposição queria votar para contribuir com a Cidade. Por fim, saudou o Esporte Clube Bahia pela vitória. O vereador Léo Prates pediu desculpas ao vereador Edvaldo Brito por possivelmente ter ferido seu brio e externou seu grande respeito por esse edil. Elogiou o mapeamento dos terreiros de Candomblé da Cidade, que é tomado como referência pela Secretaria da Fazenda. Explicou que a Lei de autoria da ex-vereadora Olívia Santana se baseia no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) para efetivar o favorecimento tributário, sendo que a maioria dos terreiros não tem esse registro, obstáculo que tentam remover. Em aparte, o vereador Edvaldo Brito agradeceu a preocupação, explicou agir como representante legitimado dos terreiros e afastou qualquer desentendimento com o vereador Léo Prates. O orador agradeceu e lamentou e não-votação do Projeto do ITIV, opinando ser melhor haver um parcelamento mesmo sem o atendimento das ressalvas da Oposição do que não haver qualquer um, e pediu que se debruçassem sobre o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (PIDI). Em aparte, a vereadora Aladilce Souza disse não compreender por que os governistas não queriam o parcelamento para imóveis usados, já que a Prefeitura ganharia com isso. O orador respondeu que a Prefeitura desejava gerar empregos, e que aceitariam a ideia caso ela levasse a esse resultado. O vereador Gilmar Santiago associou-se à posição do vereador Edvaldo Brito sobre os terreiros, vendo nele propriedade jurídica e religiosa para falar em nome das entidades. Leu trecho do artigo de Karla Borges, o qual mostrava que os terreiros já eram reconhecidos por lei, para fins de imunidade, desde 2008. Defendeu o parcelamento para imóveis usados como medida salutar num momento de dificuldades na Cidade. Em aparte, o vereador Léo Partes reiterou a explicação sobre a exigência de CNPJ e explicou que os governistas agiam em nome dos terreiros, para ampliar seus benefícios. O orador, vereador Gilmar Santiago, concluiu mencionando Decreto da Prefeitura sobre o assunto. O vereador Arnando Lessa disse ser inconcebível que uma secretária negasse informações e explicou se referir à secretária Rosemma Maluf e às informações que solicitou sobre a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP). Mencionou a não-observância à Lei de Acesso à Informação e afirmou que, por essa razão, entraria com ação nos Tribunais de Contas do Estado e da União, e nos respectivos Ministérios Públicos, explicando que a COSIP é uma taxa federal e não pode ser utilizada para qualquer finalidade. Disse não faltar recursos para que Salvador tenha um serviço de iluminação pública de excelência, mas que, ao invés disso, a Cidade tem problemas sérios envolvendo esse serviço, o que se reflete na segurança pública. Por fim, voltou a defender a necessidade de saber quanto se arrecada, e quanto, como e com o quê se gasta a COSIP. O vereador Orlando Palhinha continuou a comentar sobre a greve dos bancários. Disse que a greve é legítima e necessária, mas voltou a defender a necessidade de se assegurar quantitativo mínimo de caixas em funcionamento para atender aposentados e pensionistas, que são os mais afetados, já que não têm muita afinidade com as transações eletrônicas. Comentou sobre as condições de trabalho dos bancários, disse não ser contra a greve e reforçou o pedido sobre a quantidade de caixas. Nas **Representações Partidárias**, o vereador Joceval Rodrigues disse ser a primeira vez que falava, como governista, sem a presença de um líder da Oposição, o que avaliou como sinal da falta de debate. Agradeceu à sua bancada pela presença em dia de meio-feriado e elogiou os que queriam a votação do Projeto do ITIV. Em aparte, o vereador Gilmar Santiago opinou que os agradecimentos deveriam ser extensivos a todos os presentes e disse que o Projeto do ITIV não foi votado por indisposição dos governistas para negociar. Pela ordem, o vereador Carlos Muniz afirmou que o vereador Joceval Rodrigues e sua bancada atuavam em nome de interesses do empresariado. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues refutou a afirmação, disse que não tinha ligações como as que teriam sido insinuadas nessa fala, e pediu retratação. O Senhor presidente Claudio Tinoco pediu que fosse encerrada a discussão e retirado o registro de qualquer termo ofensivo. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito pediu que se registrasse em Ata que, além dos posicionamentos de Governo e Oposição, havia o posicionamento de independentes, como ele que, em nome do PTB, tinha disposição de votar o Projeto do ITIV. O Senhor presidente observou que, sem prejuízo desse registro, só havia duas bancadas regimentalmente estabelecidas, não se aplicando essa condição aos independentes. Pela ordem, o vereador Léo Prates disse que era preciso acabar com a demonização da representação do setor produtivo do País, afirmando que errado é se beneficiar, de alguma forma, dessa representação. Pela ordem, o vereador Carlos Muniz disse ter sido mal interpretado. Explicou entender que o Projeto só beneficia construtoras e não ter dito que o vereador Joceval Rodrigues tivesse qualquer ligação com o esse setor. Disse, ainda, que só votaria Projeto que beneficiasse o povo e refutou a desculpa de que a intenção é gerar emprego e renda. O vereador Joceval Rodrigues concordou sobre haver ocorrido um mal-entendido. Pela ordem, o vereador Carlos Muniz pediu que fosse reconsiderado o tempo da Oposição, o que foi indeferido. O vereador Sílvio Humberto disse não estar devidamente convencido sobre as razões do Executivo para não parcelar o ITIV para imóveis usados. Considerou frágil o argumento de geração de emprego, lembrando que imóveis usados geralmente são reformados, o que atenderia a esse requisito, e que não há estudos que comprovem que o parcelamento impeça geração de emprego. Lembrou, ainda, que o procedimento era feito no passado e mencionou o caso de um servidor da Casa que estava recolhendo contribuições para pagar o Imposto. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza disse ter acabado de tomar conhecimento sobre o caso do servidor e sugeriu a realização de uma audiência pública para discutir o Projeto, afirmando que ele trata de outros tantos assuntos, como remissão, outorga e IPTU, razão pela qual o considerava inconstitucional. O orador endossou a sugestão para a realização de audiência pública. O vereador Antônio Mário relatou visita ao bairro da Vitória, onde há denúncias sobre deslizamento de terra em uma obra que está sendo realizada em terreno da Prefeitura, convidando o vereador Gilmar Santiago a comparecer, juntamente com ele, para verificar a situação. Além disso, comentou sobre um empreendimento que está sendo construído na Ladeira da Barra. Em aparte, o vereador Gilmar Santiago disse que poderiam voltar a visitar o terreno na Vitória e mencionou Indicação de sua autoria para que o espaço fosse transformado em um mirante. Disse, ainda, ter sido derrotado, na Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, sobre o empreendimento La Vue, na Ladeira da Barra, mas que iria discuti-lo, através de outra Comissão, em audiência pública no Edifício Bahia Center. O orador, vereador Antônio Mário, disse não ter sido contra a audiência pública proposta pelo colega, e apenas ter sugerido voltar ao empreendimento para conhecê-lo, antes da audiência. O vereador Hilton Coelho associou-se à vereadora Aladilce Souza e defendeu o desmembramento do Projeto do ITIV. Criticou o parcelamento diferenciado previsto para a outorga onerosa, opinando ser ele uma benesse para o empresariado, que ganharia até poder decisório sobre o interesse público. Sobre os bancos, disse ver "ciumeira" de outros segmentos empresariais, por também gerarem empregos e não receberem o mesmo tratamento. Comentou a crise nas universidades públicas federais pela falta de verbas e questionou como o Município, ente político mais frágil que a União, poderia abrir mão de receitas frente a demandas como as de saúde, educação e mobilidade. Considerou que o prefeito quer criar uma "ilha de arrecadação" e disse que, por tal razão, votaria contra o Projeto. O vereador Odiosvaldo Vigas saudou o ingresso dos vereadores Leandro Guerrilha e Kiki Bispo no PDT, ressaltando o compromisso do partido com causas sociais. Em aparte, o vereador Gilmar Santiago parabenizou a ambos pelo ingresso em um partido com história no País. Lembrou a origem do partido, sua orientação progressista e a parceria com o Governo no âmbito nacional. Em aparte, o vereador Leandro Guerrilha agradeceu, lembrando que sempre esteve ligado a bases sociais e que o PDT dialoga com independência, visando, sempre, o melhor para o povo. O orador, vereador Odiosvaldo Vigas, concluiu lembrando que o PDT vem discutindo a nova ordem política brasileira. Em comunicação inadiável, o vereador Léo Prates registrou o aniversário do vereador Waldir Pires, na próxima quarta-feira, pelo quê o parabenizou antecipadamente. Associaram-se a Mesa e o vereador Edvaldo Brito. O vereador Gilmar Santiago comentou Projeto de Indicação seu que vem sendo finalizado, destacando a importância da correta materialização normativa de ideias que contribuam para a Cidade. Disse que, com esteio na militância praticada antes de adentrar a política, concebeu uma iniciativa para o Subúrbio Ferroviário, onde obteve votos que desejava honrar. Explicou que se pretendia a criação de *campus* da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) para a região, ideia com a qual concordava o reitor da instituição, e sobre a qual haveria audiência pública. Questionou o adjetivo "ferroviário", que vê como limitativo à verdadeira dimensão do Subúrbio. Explicou também o projeto de criação, na região, do *Circuito da Moqueca*, para valorizar o empreendedorismo gastronômico, e deu exemplos de estabelecimentos de sucesso na área, como o Boca de Galinha. Disse que esse projeto envolverá intervenções para os transportes, inclusive com Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), para viabilizar a ida de mais pessoas ao Subúrbio, motivadas pelos novos atrativos. Em aparte, o vereador Hilton Coelho elogiou o Subúrbio e os projetos do vereador Gilmar Santiago, e comentou ideia para que o local se tornasse opção de saída da Cidade através de trem. Em aparte, o vereador Sílvio Humberto também elogiou as iniciativas pelos potenciais a serem estimulados. O vereador Arnando Lessa saudou o vereador Léo Prates. Em seguida, parabenizou o governador Rui Costa pelas conquistas trazidas da Europa, como a instalação de uma faculdade de Medicina junto ao Hospital de Irmã Dulce, a discussão de um modelo de financiamento para as Santas Casas e a entrega da camisa do Esporte Clube Bahia ao Papa Francisco. Em aparte, o vereador Edvaldo Brito comentou a respeito do Congresso sobre as Santas Casas recentemente realizado em Salvador e cumprimentou o governador pelas conquistas, lembrando serem fruto do referido Congresso. O orador, vereador Arnando Lessa, agradeceu ao deputado Antônio Brito e ao governador pelas conquistas, mencionando mais uma: a fabricação de medicamentos para a rede hospitalar do Estado. Em aparte, o vereador Sílvio Humberto pediu que a nova faculdade já viesse contemplando ações afirmativas, tendo o orador respondido que certamente isso ocorreria e, por fim, parabenizado toda a comitiva do governador. O vereador Léo Prates lembrou a Reforma Tributária de 2013, ba-

seada no princípio de "quem pode mais paga mais, quem pode menos paga menos". Disse que assim foi tratado o IPTU, para afetar os especuladores e desonerar os proprietários de imóveis de valor até 80 mil reais. Afirmou ver, no momento atual, um "levante" contra os mais ricos promovido por aqueles que, naquela outra ocasião, apoiaram os mais ricos, e deu como exemplo o PSol. Enumerou outras medidas baseadas no princípio de justiça fiscal que tinham sido combatidas por esses edis. Afirmou que o prefeito não criou novos tributos nem majorou os já existentes, havendo apenas realizado a atualização da Planta Genérica de Valores, o que era sua obrigação legal. Deu como exemplo de aumento de tributos a nova Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) a ser estabelecida pelo Governo Federal, na qual haverá majoração de alíquota, e considerou responsáveis pela medida aqueles que apoiaram a reeleição da Presidente da República. Discutiu as inovações previstas para o ITIV, defendendo que o cidadão seria beneficiado e os empregos, estimulados – o que destacou ser importante num cenário em que o próprio Governo Federal admitia haver falhado na economia. Observou que o PT defendia, nacionalmente, a tributação sobre grandes fortunas enquanto, na Cidade, posicionara-se contra a mesma medida sobre os terrenos especulativos, e avaliou que as posições na Casa deveriam ser rediscutidas. Defendeu a necessidade de darem uma posição para a opinião pública sobre o motivo de a bancada de Oposição ser contra a votação do ITIV, lembrando que a situação envolve cidadãos, o setor produtivo e trabalhadores. Observou que é difícil haver separação, pois, quando se demite um trabalhador, geralmente se demite um pai-de-família, e considerou que setor produtivo e trabalhadores estão juntos na atual crise. Comentou sobre a menção feita a artigo de Karla Borges, lembrando que ela fora subsecretária da Fazenda e, como tal, teve a chance de executar tudo o que prega. Mencionou algumas das ações do atual Governo municipal e disse não deixar de reconhecer as ações de outras gestões. Disse, ainda, ter orgulho de ser vereador da atual Legislatura e defendeu a aprovação do Projeto do ITIV. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho pediu direito de resposta em razão de seu partido ter sido citado, o que foi negado. Findas as representações partidárias, e nada mais havendo, o Senhor presidente Claudio Tinoco declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Léo Prates, Odiosvaldo Vigas e Sílvio Humberto.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

CNPJ – 04.496.562/0001-29
END: RUA SÃO RAIMUNDO Nº 119. LOJA 02 – POLITEAMA-SALVADOR/BA
TELEF. 71-3329-2258
QUANTITATIVO DA ADESÃO: 6.600 UM GARRAFÕES DE ÁGUA MINERAL
PREÇO UNITÁRIO: R$ 4.39
VALOR DA ADESÃO: R$ 28.974,00(vinte e oito mil novecentos e setenta e quatro reais)
Salvador, 26 de outubro de 2015.

Dilson do Espirito Santo Filho
Pregoeiro

Carlos Alberto Fagundes Pereira
Diretor Administrativo

À DIRAD;
Considerando a justificativa, instrução processual, a existência de dotação orçamentária e o opinativo da PROJUR, autorizo a realização da Adesão a Ata de Registro de Preço nº 09/2015 – PE 09/2015 – ITEM 01 – IFBA, visando a pretensa contratação.

Em, 26 de outubro de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente/CMS

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR(A) LICENCIADO(A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
VÂNIA GALVÃO	19 a 21/10/2015	Art.18, inciso II, Res. 910/91

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO DEFERIDO

Assunto: Licença Especial para Gozo Oportuno

Cad.	Servidora	Processo	Quinquênio
2050	Angelica C. Batista de Almeida	01646/2015	6º

RETIFICAÇÃO:

No **Ato da Mesa Diretora nº 1.464/2015**, publicado no D.O.L. do dia 19/10/2015, página 08:

Onde se lê: "...a partir de 1º de outubro de 2015..."

Leia-se: "...a partir de 09 de outubro 2015..."

GABINETE DA DIRETORIA, 26 de outubro de 2015.

CARLOS ALBERTO FAGUNDES PEREIRA
Diretor Administrativo

LICENÇA MÉDICA		
3342	ELZA FERREIRA DE CERQUEIRA	17/10/2015 A 31/10/2015

AVISO DE ADESÃO A ATA

A Câmara Municipal de Salvador torna pública a realização da seguinte licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO/ADESÃO A ATA – CMS: Nº 39/2015
PREGÃO ELETRÔNICO – IFBA: Nº 09/2015
ÓRGÃO GERENCIADOR: - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA
EMPRESA VENCEDORA: - ROBSON DA SILVA ANDRADE COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI EPP -

RESUMO DE ADITIVO

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO CMS nº. 021/2015

PROCESSO DE ORIGEM	**CMS nº. 1089/2015**
CONTRATANTE	**CAMARA MUNICIPAL DE SALVADOR - CMS**
CONTRATADA	**JAIME FINGERGUT**
OBJETO	**Consiste em formalizar em que as partes acordam que as reformas a serem executadas pela Locatária no imóvel do objeto contratual, fica está isenta dos pagamentos dos alugueres nos meses de setembro e outubro do ano em curso...**
BASE LEGAL	**Art. 65 e seguintes, da Lei Federal nº 8.666/1993**
DATA DE ASSINATURA	**22/10/2015.**
ASSINAM	**Paulo S. Sá de B. Câmara – CMS** **Jaime Fingergut – Contratada**
TESTEMUNHAS	**Marinilda Santos** **Matheus Caíque B. Nascimento**

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO CMS nº. 038/2015

PROCESSO DE ORIGEM	**CMS nº. 01470/2014**
CONTRATANTE	**CAMARA MUNICIPAL DE SALVADOR - CMS**
CONTRATADA	**TIM CELULAR S.A.**
OBJETO	**Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, com estimativa de 300 (trezentas) linhas para ligações locais e uso de rede...**
PRAZO	**12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.**
BASE LEGAL	**Normas de Direito Público, das Leis Federal nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei Municipal nº 4.484/92 e normas de Direito Privado, no que couber.**
VALOR GLOBAL ESTIMADO	**R$ 654.840,00 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e quarenta reais).**
DOTAÇAO ORÇAMENTARIA	**01.031.016.2001 – 3.3.90.39.000**
DATA DE ASSINATURA	**21/10/2015.**
ASSINAM	**Paulo Câmara – CMS** **Luiz Carlos Alves Vieira - Contratada** **Sandro Marques Barbosa – Contratada**
TESTEMUNHAS	**Marco Bahia** **Marcos Vinicius Rodrigues Santos**

Vereadores da 17ª Legislatura (2015/2016)



Paulo Câmara
PSDB
Presidente



Geraldo Júnior
SD
1º Vice-Presidente



Cláudio Tinoco
DEM
2º Vice-Presidente



Isnard Araújo
PR
3º Vice-Presidente



Kiki Bispo
PDT
1º Secretário



Orlando Palhinha
DEM
2º secretário



Alfredo Mangueira
PMDB
3º Secretário



J. Carlos Filho
SD
4º Secretário



Edvaldo Brito
PTB
Corregedor-Geral



Henrique Carballal
PV
Ouvidor-Geral



Cátia Rodrigues
PHS
Ouvidora-Substituta



Beca
PTN



Alberto Braga
PSC



Alemão
PHS



Aladilce Souza
PC do B



Ana Rita Tavares
PMB



Antônio Mário
PSB



Arnando Lessa
PT



Carlos Muniz
PTN



Duda Sanches
DEM



Eliel Souza
PV



Euvaldo Jorge
PP



Everaldo Augusto
PC do B



Gilmar Santiago
PT



Hlton Coelho
PSOL



Joceval Rodrigues
PPS



José Trindade
PSL



Leandro Guerrilha
PDT



Kátia Alves
DEM



Leo Prates
DEM



Luís Carlos
PRB



Moisés Rocha
PT



Odiosvaldo Vigas
PDT



Paulo Magalhães Jr.
PSC



Pedrinho Pepê
PMDB



Sabá
PV



Silvio Humberto
PSB



Suíca
PT



Atanázio Júlio
PTN



Toinho Carolino
PTN

Vânia Galvão
PT

Vado Malassombrado
DEM

Waldir Pires
PT